

REFORMA AGRÁRIA. Novo superintendente do Incra/AL, Alberto Nascimento, pretende assentar 4 mil famílias

# 'FORÇA TAREFA VAI ACELERAR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA'

NIVIANE RODRIGUES  
REPÓRTER

Engenheiro agrônomo e civil, Alberto Nascimento assumiu a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em Alagoas no início do mês, nomeado pelo governo federal. Pela frente, o desafio de reestruturar o instituto e estabelecer ações para que a reforma agrária no Estado saia efetivamente do papel.

Nos primeiros dias de trabalho à frente do órgão, ele elabora um diagnóstico da situação agrária em Alagoas, além dos problemas que terá que solucionar para que o instituto funcione plenamente, por exemplo a falta de pessoal, um dos entraves administrativos.

Garante que todo o trabalho contará com a parceria dos movimentos sociais, com os quais tem encontro agendado para a próxima quinta-feira, dia 22, para tratar da pauta apresentada e o planejamento de ações.

"Somos parceiros da reforma agrária, sei das demandas dos movimentos sociais. Já estivemos reunidos e temos um novo", afirma

Os problemas são muitos e as demandas dos movimentos sociais, idem. O novo superintendente afirma que encontrou um quadro reduzido de servidores, baixos salários, carros em condições precárias para o trabalho de campo e em fase de leilão. Mas ressalta que encontrou também um corpo técnico altamente capacitado, o que o deixou entusiasmado.

Destaca que dará continuidade aos processos de desapropriação e que montará uma força tarefa para dar maior atenção e continuidade aos processos de regularização fundiária.

Alberto Nascimento tem mestrado em Nutrição Animal pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Na iniciativa pública e privada foi superintendente da Secretaria de Agricultura do Estado; coordenador técnico de projetos especiais da Secretaria de Agricultura; professor substituto da Universidade Federal de Alagoas (Ufal); lecionou ainda em outras faculdades. Também foi diretor de Laboratório Itinerante de Águas do Lacen, além de gerente de usinas, em Alagoas e no Espírito Santo. Na entrevista a seguir ele fala sobre o que muda na luta pela terra na gestão de Michel Temer e em sua gestão à frente do Incra.

**Gazeta.** O senhor assumiu a superintendência do Incra em Alagoas no início deste mês. Qual a situação administrativa na qual encontrou o órgão?

**Alberto Nascimento.** Encontramos o Incra com um número reduzido de servidores, assumindo a responsabilidade de aproximadamente 14 mil famílias em 178 assentamentos que ocupam uma área de 114 mil hectares em todo o Estado, com uma proposta da União aquém do que nós esperávamos. Baixos salários, carros em condições precárias para o trabalho de campo e em fase de leilão. Apesar disso, temos um corpo técnico altamente capacitado e à disposição da instituição, o que nos deixou bastante entusiasmados.



ALBERTO NASCIMENTO  
SUPERINTENDENTE DO INCRA EM  
ALAGOAS

**Quais suas principais metas no comando do Incra?**

Efetivar as políticas públicas necessárias aos projetos de assentamento. Assim pretendemos assentar as mais de 4 mil famílias que estão acampadas; regularizar os lotes, conforme recomendações do órgão de controle; ampliar a assistência técnica para melhorar e aumentar a produção e comercialização dos produtores da agricultura familiar.

**Reforma agrária continua sendo uma das principais bandeiras dos movimentos sociais. Na semana em que o senhor assumiu, houve protesto de trabalhadores rurais em Maceió. Há uma preocupação em relação a perdas sociais no governo do presidente Michel Temer. O que muda neste processo no atual governo e em sua gestão no Incra?**

Estão sendo feitas reuniões em Brasília, onde os problemas são apresentados. Assim, vamos estabelecer os planos para assentar as famílias e atender às demandas vindas do campo. Cabendo a cada superintendência regional seguir as políticas a serem implantadas pelo novo governo.

**E os processos de desapropriação de terra, de regularização fundiária como serão implementados em sua gestão? Quantos assentados devem ser beneficiados?**

Vamos dar continuidade aos tra-

**'Somos parceiros da Reforma Agrária, sei das demandas dos Movimentos Sociais. Já estivemos reunidos e temos um novo encontro agendado para o dia 22, para tratar da pauta apresentada e o planejamento de ações. Vamos ao trabalho'**

**'Encontramos o Incra com um número reduzido de servidores, assumindo a responsabilidade de aproximadamente 14 mil famílias em 178 assentamentos que ocupam uma área de 114 mil hectares em todo o Esta-**

os projetos de água, energia, estradas e parcerias com os governos municipais e estadual, visto que a reforma agrária é um conjunto de políticas públicas integradas.

**Como o senhor pretende acelerar os processos de regularização fundiária em Alagoas?**

Montaremos uma força tarefa, para dar maior atenção e continuidade aos processos de regularização fundiária.

**O senhor já sabe qual a situação dos assentados? Quantos são? Onde estão?**

Ainda estou tomando ciência da situação e tentaremos atender ao máximo de famílias, de acordo com os recursos disponíveis.

**Há um diagnóstico de quantas famílias esperam para serem inseridas na reforma agrária no Estado? Onde estão?**

Sim. O acompanhamento é feito pela Ouvidoria Agrária Regional. São cerca de 4 mil acampados em cerca de 60 municípios em Alagoas.

**Que tipo de assistência será dada pelo Incra a essas famílias?**

As famílias estão cadastradas no CadÚnico (Cadastro Único do Governo Federal), pelas secretarias de Assistência Social dos municípios. São doadas lonas e distribuídas cestas básicas, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Ministério do Desenvolvi-

**que segundo eles emperra o andamento da reforma agrária no Estado. Como se dará esse relacionamento a partir de agora?**

Existe a burocracia necessária, que confere legalidade aos processos públicos. No que se refere a agilidade processual, com o apoio da Procuradoria Federal Especializada (PFE/Incrá) faremos o possível para que a documentação técnica dê celeridade aos processos.

**Também reclamam do bloqueio, pelo Tribunal de Contas da União, de ações da reforma agrária no Estado, que dificultam o recebimento de benefícios como o acesso ao crédito e até a aposentadoria. O que levou a esse bloqueio?**

O TCU entendeu que os assentados precisam passar por um recadastramento após serem encontradas inconsistências pelos órgãos de controle interno. Mas o Incra apresentou, em 30/08, ao TCU o Plano de Providências elaborado com o objetivo de atender às recomendações do tribunal e corrigir falhas nos procedimentos de seleção de famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Ao apresentar o Plano de Providências, o Incra solicitou a suspensão do bloqueio das famílias com indícios de irregularidades. O desbloqueio permitirá que os assentados voltem a ter acesso ao crédito e demais políticas da autarquia.